



G20

**NOVO CENÁRIO
PARA A POLÍTICA
EXTERNA DO BRASIL**

Perspectivas dos
movimentos sociais



G20

**NOVO CENÁRIO PARA A POLÍTICA
EXTERNA DO BRASIL**

Perspectivas dos movimentos sociais

Realização

eqüit
INSTITUTO
Gênero, Economia e Cidadania Global

rebrip
Rede Brasileira pela Integração dos Povos

Apoio

**FRIEDRICH
EBERT**

STIFTUNG





Lista de abreviaturas

ALCA. Área de Livre Comércio das Américas

BM. Banco Mundial

BRICS. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

COP. Conferência das Partes

FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FMI. Fundo Monetário Internacional

G7. Grupo dos 7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá)

G20. Grupo dos 20 (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia)

OIT. Organização Internacional do Trabalho

OMC. Organização Mundial do Comércio

ONU. Organização das Nações Unidas

OWINFS. Our World is Not for Sale (Nosso Mundo Não está à Venda)

REBRIP. Rede Brasileira pela Integração dos Povos

UNASUL. União de Nações Sul-Americanas

Sumário

Intro. O G20 E A GEOPOLÍTICA MUNDIAL Graciela Rodriguez	7
G20. UM NOVO FORMATO PARA A GOVERNANÇA GLOBAL? Graciela Rodriguez	11
Audiência Pública no Senado Brasileiro. PASSOS INICIAIS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NO G20 Diana Aguiar	19
Seminário Regional. “A AMÉRICA LATINA NO G20” Diana Aguiar	23
Cúpula dos Povos frente ao G20. “OS POVOS PRIMEIRO, NÃO OS MERCADOS FINANCEIROS!” Diana Aguiar	27
Cúpula do G20 em Cannes. BELAS PALAVRAS, POUCAS MUDANÇAS Maíra Martins	21
Anexo 1. Posicionamento sobre a volatilidade dos preços de alimentos e a soberania e segurança alimentar e nutricional	33
Anexo 2. Posição da Rede Brasileira pela Integração dos Povos sobre os princípios para uma Taxação de Transações Financeiras (TTF) voltada para o Desenvolvimento	37
Anexo 3. Basta de Falsas Soluções de Mercado! Por uma Governança Global Democrática!	39



LE G20 NE NOUS REPRESENTE PAS

G20 aiez gaitu ordezkatzen
G20k ez du gaitu ordezkatzen

G20 no nos representa
G20k ez du gaitu ordezkatzen

Ar G20 n'ez l'et pas
Ar gaitu ordezkatzen

G 99%

LE POUVOIR AUX PEUPLES

G20 NO NOS REPRESENTA!
G99% EL PODER AL PUEBLO!

G20 doesn't represent the 99%.
POWER TO THE PEOPLE

NO G20



Intro. O G20 E A GEOPOLÍTICA MUNDIAL

GRACIELA RODRIGUEZ¹

Analisar o G20 significa um desafio novo para os movimentos sociais. Desde finais da década de 90, e em particular desde a reunião da OMC em Seattle em 1999, o altermundialismo – termo cunhado para definir os movimentos sociais que em escala mundial questionam as injustiças do sistema econômico globalizado – tem avançado uma luta que contribuiu para deslegitimar o modelo neoliberal dominante na geopolítica mundial. Tal assertiva pode parecer ambiciosa, ao dar tanta importância ao papel dos movimentos sociais na última década. Entretanto, sem deixar de perceber as outras forças sociais e econômicas promotoras das fortes mudanças políticas internacionais, é fundamental enfatizar a importância estratégica que as mobilizações protagonizadas pelos movimentos sociais na década passada tiveram para chegarmos ao atual cenário geopolítico mundial, estabelecido no pós Guerra Fria. Foi fundamentalmente o questionamento do modelo neoliberal instalado por tais movimentos sociais durante a última década que possibilitou abrir uma etapa de conflitos e mudanças na geopolítica mundial. Algumas destas mudanças aparecem refletidas na conformação do G20, ainda que este agrupamento informal não expresse cabalmente as novas forças emergentes no poder mundial.

Mas é justamente por este importante papel protagonizado pelos movimentos sociais na desestabilização da hegemonia neoliberal que resulta desafiador entender o G20, como expressão dos novos conflitos geopolíticos, e também pelas perspectivas que ali estão se desenhando para o desenlace futuro desta corrida pelo centro do poder mundial. Novamente, assim como foi nos finais dos anos 90 em relação às institucionalidades dominantes da governança global, é fundamental agora para os movimentos sociais entender este novo formato que está tomando a governança da globalização, para assim dimensionar o alcance das mudanças e direcionar de forma mais adequada suas lutas e esforços.

De fato, muitas dessas lutas ajudaram na emergência dos conflitos Norte-Sul e seu encaminhamento para formatos e institucionalidades que contemplassem uma maior fatia de poder para os chamados

¹ Graciela Rodriguez é socióloga, feminista, coordenadora do Instituto Equit, coordenadora global da IGTN (International Gender and Trade Network) e facilitadora do Grupo de Trabalho Arquitetura Econômica Internacional (GT-AEI) da REBRIP.

países emergentes. No caso da América Latina e Caribe, fica evidente o papel que cumpriram as organizações sociais na luta contra a ALCA, e depois, desde 2003, em Cancun contra a OMC, para evidenciar o fracasso das políticas neoliberais e contribuir a descarrilar as negociações de liberalização comercial, uma das principais estratégias do modelo neoliberal. Neste processo, novas institucionalidades foram se estabelecendo para refletir as mudanças no cenário geopolítico, culminando com a emergência dos BRICS e com a própria ampliação do G20 para além destes países emergentes – integrando economias como a Turquia, África do Sul, Argentina, Coreia do Sul ou Indonésia, países de peso político e econômico crescentes. A crise tornou evidente o estado das reservas internacionais de divisas e deu indícios bastante claros das novas relações de poder na geopolítica mundial.

Porém isto não significa que haja democratização dos mecanismos de tomada de decisão internacional e nem legitimidade do G20 como espaço central da governança global. Pelo contrário, se trata do reconhecimento da crise de hegemonia existente no poder mundial e da dispersão e fragmentação da liderança global.

Neste sentido, o G20 se apresenta como um dos principais cenários para os embates pela reconstrução hegemônica, mostrando às vezes momentos de forte preponderância do G2 – EUA e China – como aconteceu na Cúpula do G20 na Coreia do Sul com a chamada “guerra de divisas”, ou com situações marcadas pelo multilateralismo como nos casos da re-capitalização do FMI que incluiu fortemente os BRICS ou com os debates sobre especulação no preço dos alimentos, tema que interessa a um conjunto maior de países grandes produtores de matérias-primas como Brasil, Argentina e Austrália.

Por outro lado, e paradoxalmente, o que o G20 vem também evidenciando nas últimas reuniões são as dificuldades da institucionalidade política para a tomada de decisões que de fato regulem os mercados já que ao mesmo tempo dependem deles, numa dicotomia entre política e economia que parece ter seqüestrado a democracia e o interesse público. Como tem declarado o ex-presidente de Portugal Mário Soares, “os dirigentes políticos atuais, aqueles que mandam ou que julgam que mandam, como é o caso da senhora Merkel e do senhor Sarkozy, não mandam. Quem efetivamente manda hoje são os mercados, não são os Estados [...] eles só obedecem. [...] Tudo está entregue aos especuladores, que só se interessam em ganhar dinheiro e fazer fortuna.”² Ele acrescenta os exemplos da Grécia e da Itália, que trocaram políticos eleitos por tecnocratas: “isso ofende a democracia, onde tudo deve ser decidido pelo voto”. Este fenômeno atual da “ditadura dos mercados”, eufemismo que encobre o real peso definidor que têm os grandes conglomerados transnacionais sobre as decisões políticas dos Estados nacionais tem sido amplamente esmiuçado do ponto de vista econômico porém muito pouco analisado do ponto de vista das suas conseqüências políticas e da capacidade dos atores políticos eleitos para exercer controle através de mecanismos democráticos sobre as populações afetadas por suas decisões.

² Entrevista do ex-presidente de Portugal Mario Soares. Por Sandra Cohen - Jornal O Globo. 4/12/2011.

Estas são questões que o G20, apesar de sua opacidade e informalidade, trazem à tona. Daí decorre a importância de analisar este espaço, que de fato vem exercendo pelo menos parte importante da atual governança global. A grande tarefa que tinha se colocado inicialmente – de regular e controlar o sistema financeiro internacional – não está sendo cumprida. A recaída brutal da crise em 2011, especialmente na Europa, está mostrando a falta de um acordo mínimo para o exercício da governança global, mas também deixa evidente a debilidade política das potências hegemônicas e seus governos atuais para disciplinar seus próprios mercados e corporações.

Pela importância de tais debates e sobretudo a partir da ainda escassa bibliografia de acompanhamento do G20 e suas definições políticas, achamos necessário realizar a presente publicação que busca contribuir muito inicialmente a preencher esse vazio e a colaborar com a inclusão do tema na agenda dos atores e atrizes sociais, em suma, dos sujeitos históricos das mudanças necessárias para um mundo justo e democrático. Assim, tal publicação faz parte do processo que a Rede Brasileira pela Integração dos Povos tem avançado de acompanhamento e análise das mudanças da geopolítica mundial pós-2008, de diálogo com o governo brasileiro sobre a política externa desenvolvida nos espaços de governança econômica global e de construção de alternativas reais às falsas soluções de mercado que estão sendo atualmente negociadas e implementadas pelo G20.



G20

J'AI FAIM

G20. UM NOVO FORMATO PARA A GOVERNANÇA GLOBAL?

GRACIELA RODRIGUEZ

O G20, como o seu nome indica, é o grupo formado por 20 países (na verdade 19 países mais a União Europeia)¹ que atualmente junta as economias mais estratégicas do planeta, congregando ao mesmo tempo 2/3 da população mundial e mais de 80% da economia e do comércio mundial.

Histórico do G20

O grupo foi formado a partir da ampliação do G7, que incluía os países industrializados mais ricos – EUA, Alemanha, Japão, Canadá, França, Inglaterra e Itália – e que passou a ser G8 depois da incorporação da Rússia.

O G20 foi criado em seu formato inicial em 1999 por iniciativa dos EUA e Canadá dentro do G7, para dar resposta aos países que vivenciavam no final dessa década uma profunda insatisfação com as condicionalidades que vinha impondo o FMI (Fundo Monetário Internacional) diante das crises econômicas primeiro dos “tigres asiáticos” (1997), e depois as crises mexicana (1997), russa (1998) e brasileira (1998), dentre outras. Por muito tempo, esse G20 financeiro era simplesmente uma reunião anual dos Ministros de Finanças e dos Presidentes dos Bancos centrais desses importantes países convidados pelo G8.

Em 2008, com a explosão da crise financeira global, que foi comparada pela sua gravidade com a famosa crise dos anos 30 do século passado, foi proposta a realização de uma reunião de Presidentes e Chefes de Governo dos países desse G20 financeiro. A crise surgida nos EUA se espalhou rapidamente, mostrando a dificuldade dos países centrais para superá-la e a necessidade de ampliar e reconhecer a im-

¹ Os países que compõem o grupo são: Alemanha, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Inglaterra, Itália, Japão, México, Rússia, Turquia e a representação da União Europeia.

portância econômica e política dos países emergentes, que de fato foram tomando um poder crescente na geopolítica mundial durante a última década – especialmente a China.

Como funciona o G20

O G20 tem um funcionamento semi-formal, pois não possui institucionalidade e não conta com corpo de funcionários, entretanto conta com a assessoria de órgãos como o FMI, o BM e a OMC e inclusive entidades como a FAO, OIT, dentre outras. As definições são tomadas por consenso em reuniões normalmente anuais, organizadas a partir de presidências rotativas assumidas pelos diversos países que formam o grupo.

Formado então por esses países, os industrializados ou centrais e os recentemente denominados “emergentes”, o G20 tem se auto-proclamado o “principal fórum para a cooperação econômica global”. Entretanto, pelo fato de tomar definições que afetam ao conjunto das economias, ao G20 lhe faltam mais de 170 países que formam parte do mundo e que não foram incluídos neste espaço do poder global. Daí que tenha sido questionada a sua “legitimidade” para tomar decisões sobre as políticas globais, pois ainda que 20 países são mais dos que aqueles que compunham o G8, continuam a ser só 20 entre 200 países do mundo. Mas, ao mesmo tempo, podemos dizer que, se bem o G20 não tem legitimidade, os países do grupo têm responsabilidade pela crise e o grupo foi criado como instrumento de resposta a esta. Data e local das reuniões de Cúpula de Presidentes e Chefes de Estado dos países participantes:

DATA	LOCAL
Junho 2012	Los Cabos – México
Novembro 2011	Cannes – França
Novembro 2010	Seul - Coréia do Sul
Junho 2010	Toronto - Canadá
Setembro 2009	Pittsburgh - EUA
Abril 2009	Londres – Inglaterra
Novembro 2008	Washington - EUA

A agenda do G20

Como já dito, inicialmente, o G20 formado pelos Presidentes e Chefes de Governo começou a se reunir dada a gravidade da crise que explodiu em 2008. Essa crise se iniciou no setor imobiliário dos EUA, naquela que ficou conhecida como a “bolha imobiliária”. Essa grande bolha que cresceu durante a última década foi um fenômeno americano e também europeu e foi acompanhada por um salto no endividamento das famílias. Quando a bolha estourou, a construção de casas despencou, assim como o consumo, ajudando a aumentar o desemprego. Essas quedas foram provocando um efeito dominó que afetou ao sistema em seu conjunto. A quebra de grandes bancos e logo a seguir de algumas grandes empresas, mostrou a fragilidade do sistema financeiro internacional e as dificuldades dos países centrais para enfrentar a recuperação de suas economias. Assim, surgiram com força as propostas de “retomada de uma intervenção mais ativa dos Estados Nacionais, coordenados nessa ação ou não, que parecia estar dada pela própria crise do capitalismo desregulado, onde as empresas em dificuldades foram as primeiras a requisitar uma intervenção mais ativa do Estado no sentido de garantir sua sobrevivência, e a sobrevivência do sistema”².

A NECESSIDADE DE RE-REGULAÇÃO FINANCEIRA E RECURSOS PARA A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Neste sentido, o aumento da centralidade do G20 foi em grande parte motivada pela necessidade de injeção de recursos no sistema financeiro que, dado o alto nível de reservas monetárias³ existentes nos países emergentes, tornava imprescindível a participação destes nos instrumentos de recuperação econômica e o salvamento dos bancos em quebra e das empresas falidas.

Com essa entrada dos emergentes, foi possível avançar no socorro às entidades financeiras e assim na recomposição do sistema financeiro internacional e também evidenciar a própria necessidade de regulação do sistema financeiro. Assim, essa agenda avançou durante a época mais aguda da crise, especialmente 2009 e início de 2010. Inclusive, para surpresa de muitos, incluindo temas como a taxação dos fluxos financeiros ou as restrições aos paraísos fiscais. Porém, com o tempo, o G20 foi abando-

² Mineiro, Adhemar. “O Brasil e o G20 financeiro”. Oxfam. 2011.

³ Reservas monetárias são recursos guardados pelo Banco Central de um país, geralmente em dólares, para ser usados em caso de alguma urgência ou necessidade frente a um ataque especulativo ou outro problema em relação a essa economia. São uma espécie de “poupança” ou de “garantia” da solidez de uma economia e muitas vezes quando os países não possuem esse reaseguro, se vêm obrigados a recorrer e negociar com o FMI em ocasiões de emergência. Existe muita polêmica em relação ao seu uso para investimento em políticas públicas, ao invés de ficar guardadas, nos casos de países com notáveis carências, como os chamados em desenvolvimento.

nando o debate sobre esses temas mais “polêmicos” para acertar elementos básicos de uma regulação que permitisse fundamentalmente diminuir os riscos do sistema que tinha sido abalado pela farrá de desregulação vivida nas últimas décadas neoliberais.

Também, e especialmente nesses momentos iniciais, o que avançou foi a recuperação das instituições financeiras multilaterais, em especial o FMI e o BM, entre outros, com a negociação de aumentos nas cotas de participação dos países emergentes nos mecanismos de decisão do banco. Essas cotas de participação expressam a parcela de poder que possui cada um dos países membros de tais instituições, que assim por fim reconheciam numa medida concreta a importância das economias emergentes.

Ainda nos piores momentos da crise, o G20 fez uma ampliação da sua agenda, incluindo temas como desemprego, combate à pobreza, negociações climáticas, e o “desenvolvimento” numa perspectiva neoliberal (de crescimento e aumento do comércio internacional). “A partir de suas primeiras resoluções, foi também incorporando na agenda de discussão os temas do emprego, do meio ambiente e da crise do padrão energético – em uma perspectiva que, de certo modo, assumia uma crise sistêmica e multifacetada. Assim, de acordo com o momento, as resoluções do G20 trataram de forma mais superficial ou mais profunda esses vários temas. Essa perspectiva de uma visão mais abrangente e sistêmica sobre a crise foi se atenuando, senão se apagando, ao longo de 2010 (reuniões de Toronto e Seul)”⁴

ARQUITETURA MONETÁRIA E “GUERRA CAMBIAL”

Já na Cúpula de Novembro de 2010 realizada na Coréia do Sul, a agenda claramente voltou a empacar pelo tema do comércio e dos desequilíbrios globais provocados pela manipulação do câmbio, a chamada “guerra cambial”⁵ ou guerra de divisas, em especial focalizada entre China e EUA. De fato, os EUA já avisaram que não irão continuar a comprar tudo do mundo inteiro permitindo recordes de exportação e saldos comerciais especialmente a China e outros países, à custa do déficit na própria produção e em suas contas externas, enquanto China continua sem ouvir os apelos para aumentar o valor de sua moeda, argumentando que precisa proteger seu desenvolvimento.

Formalmente em Seul, os países se comprometeram a “evitar desvalorizações competitivas de moedas e a fortalecer a cooperação internacional, visando reduzir os desequilíbrios globais”, entretanto esses desequilíbrios comerciais continuam e justamente colaboram a manter empacada a agenda, porque

⁴ Mineiro, Adhemar. "O Brasil e o G20 financeiro" Oxfam. 2011

⁵ O termo guerra cambial refere-se a desvalorizações monetárias competitivas que buscam com que os países que promovem a desvalorização de suas moedas tenham ganhos comerciais em relação aos países que não o fazem, motivando esses outros países a tentarem agir da mesma forma, desencadeando a “guerra” de desvalorizações cambiais entre eles, ou podendo envolver um conjunto maior de países.

de fato evidenciam os interesses contraditórios. Desacordos estes que já vinham sendo marcados pelos movimentos sociais, em particular em torno à liberalização do comércio mundial e as negociações na OMC, fortemente contestadas e que continuam praticamente paralisadas desde 2003. O tema do desenvolvimento foi incluído no debate na presidência coreana do G20, numa perspectiva que preconizava o fomento ao comércio global.

AGRICULTURA

Durante a presidência francesa, outro importante tema surgiu na agenda do G20, o tema da Agricultura, a partir da atual e crítica situação de elevação do preço dos alimentos devido ao crescimento excessivo da especulação no mercado de commodities⁶.

Realmente, este é um tema da maior importância diante da crise alimentar que vive o planeta, onde os agricultores vêm sendo expulsos das suas terras, e a agricultura tem se tornado um negócio de grandes transnacionais que controlam o pacote tecnológico completo do atual sistema mundial de alimentos (sementes, agrotóxicos, fertilizantes, e também petróleo, etc.). Atualmente, cinco grandes corporações controlam quase 80% do mercado global de alimentos. Se trata de uma agricultura financeirizada, que tem contribuído para a concentração massiva de terras e agora a um processo crescente e assustador de internacionalização ou estrangeirização das terras. Cada dia mais, a soberania alimentar dos povos, como aspecto estratégico da segurança dos países, se vê ligada à segurança energética e ameaçada justamente por esta dependência do petróleo e outras formas da energia.

O extraordinário aumento do preço dos alimentos no mercado internacional em 2007, que evidenciou uma crise alimentar, não foi controlado, e pelo contrário, os aumentos desmedidos voltaram com força no final de 2010, como parte da crise financeira e do interesse crescente dos capitais que se voltaram para a especulação no mercado de commodities. No entanto, os avanços neste sentido foram limitados durante a Cúpula em Cannes.

Desacordos na agenda e poucos avanços

Então, de fato o G20 avançou no que poderia avançar, porque era do interesse de todos os países regular minimamente um sistema financeiro desgovernado e com legislações nacionais desencontradas, que levou a atual crise ao conjunto do sistema, mas que poderia repetir a dose caso fosse deixado ao livre

⁶ Commodities: assim são chamadas as matérias primas que são comercializadas no mercado internacional sendo ali negociados seus preços, inclusive em negociações a futuro que especulam com as possibilidades dos preços.

jogo da “bandalheira” dos bancos com seus mercados de derivados e outras engenhocas especulativas. “O respeito às promessas de coordenação internacional não é apenas, nem principalmente, uma questão ética, mas, sim, de eficácia”⁷.

Entretanto, os EUA já aprovaram sua própria nova lei de regulação do sistema financeiro (a Lei Dodd Frank) que cria algumas restrições importantes sobre a atividade financeira ainda que dependa de regulação e supervisão posteriores. Também a União Européia tem avançado nessa discussão apesar de fazê-lo numa perspectiva algo distinta dos EUA, mas sem coordenação internacional como proposto no G20, o que seguramente voltará a criar divergências e atritos no sistema.

Mas agora o G20 se empantanou nos temas e perspectivas de saída da crise, que incluem visões desencontradas para o desenvolvimento das economias, não só do Sul, mas também dos próprios países desenvolvidos que continuam a viver ainda uma forte recessão. Também existem divergências nas medidas a serem aplicadas para a superação do desemprego e da depressão das economias européias que inclusive estão criando fortes conflitos no interior mesmo da União Européia. “A medida que as necessidades e interesses dos países ricos e dos em desenvolvimento começavam a divergir, o G20 e outras instituições internacionais perderam o sentido de urgência necessário para produzir respostas de política multilateral coordenadas e coerentes”⁸.

Cada um dos países do G20 joga agora defendendo seus próprios interesses e evidentemente isto não facilita acordos que cada vez mais mostram não só as contradições de interesses como também o multilateralismo agindo no cenário internacional.

Assim, o G20 pode ter mudado “de uma instituição internacional modestamente eficaz para uma arena de conflitos ativos”⁹

O papel do Brasil no G20

BRASIL E AMÉRICA LATINA

Quando o G8 foi ampliado para formar o G20, três países de América Latina – Argentina, Brasil e México- foram convidados a participar, pois são as maiores economias do continente e por isso seria importante sua participação neste seletor “clube”.

Entretanto, os três países não mostram até o presente uma participação coordenada nem uma visão em comum, já que Argentina e Brasil têm seguido caminho econômico muito diferente do México na última década, o que dificulta as aproximações. De fato, “o México celebrou 44 acordos de livre comércio, a começar pelo NAFTA com EUA e Canadá, enquanto que o Brasil e a Argentina praticamente

⁷ Perspectivas: A reforma financeira norte-americana: a Lei Dodd/Frank. Anbima. Fev 2011.

⁸ “O Mundo G-Zero”. Bremmer, Ian e Roubini Nouriel. Artigo Jornal Estado de São Paulo. 5/2/2011.

⁹ Idem anterior

não assinaram acordos de liberalização comercial”¹⁰. Assim, a forma de encarar a participação é muito diferente a partir de situações econômicas internas bastante distantes, que nesta última década, no caso dos países da América do Sul, tem significado um distanciamento das principais políticas neoliberais e das condicionalidades das instituições financeiras multilaterais, em especial do FMI, a partir dos governos caracterizados como de esquerda ou progressistas, e que, no caso de México, tem significado a convergência com EUA e o aprofundamento das políticas neoliberais.

BRASIL E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

De outro lado, é importante mencionar que os países da América do Sul têm procurado construir um processo de integração regional a partir da criação da UNASUL que permita uma inserção fortalecida nos âmbitos globais, e neste sentido o convite para Argentina e especialmente para o Brasil participar do G20 pode ter resultado em um freio na agenda da integração. Desde a entrada de ambos os países nesse espaço de poder global, seu esforço no sentido de aprofundar as relações regionais tem decaído e “a participação mais ativa e direta na governança global, principalmente no G20, mas também no processo dos BRICS, tornou-se aparentemente uma prioridade nas intervenções políticas e diplomáticas do Brasil”, que tem transferindo a ênfase de integração do espaço regional para o global. Ou seja, de fato o G20 pode ter contribuído para neutralizar ou frear a agenda de integração regional, que concorre com os interesses dos grandes países pouco interessados em que sejam reforçadas as chamadas alianças Sul- Sul entre os países em desenvolvimento.

BRASIL E SUA ATUAÇÃO NO G20

Em termos da intervenção concreta do Brasil no interior do G20, o país vem enfatizando a necessidade de uma regulação financeira coordenada internacionalmente, e o aumento de poder e participação dos emergentes nos âmbitos da governança global e nas instituições financeiras internacionais, especialmente o FMI. Por sua vez, como a crise atingiu o Brasil principalmente através do setor externo, “inicialmente sua maior preocupação e atuação no âmbito do G20 se deu no sentido da facilitação do acesso ao crédito comercial, ao ataque às medidas protecionistas e seus riscos e ainda, no plano das relações internacionais, a retomada e conclusão da Rodada Doha de negociações da OMC”¹¹

De acordo com discussão realizada no escritório da CEPAL em Brasília em novembro de 2009 e transcrita na página da CEPAL na Internet¹², “a agenda do Brasil no G20 pode ser definida como de

¹⁰ Rodriguez, Graciela “A participação da América Latina no G20”. Boletim Heinrich Boll Stiftung. Junho 2011.

¹¹ Mineiro, Adhemar. “O Brasil e o G20 Financeiro”. Oxfam. 2011.

¹² http://www.eclac.org/brasil/noticias/paginas/2/38422/O_Debate_sobre_o_Brasil_e_o_G-20.pdf

defesa de uma “globalização inclusiva”, significando com isso o reconhecimento da inclusão social como condição necessária para a sustentabilidade do sistema. Inclusão também, vale dizer, dos países emergentes e em desenvolvimento nos processos decisórios internacionais. Como indicador dessa posição, o Brasil chegou mesmo a propor que se criasse no G20 uma cadeira permanente de representação do G24 (integrado por países em desenvolvimento e presidido pelo Brasil em 2010), para tornar explícita a preocupação com a dimensão do desenvolvimento nas decisões globais.”

POR SE TRATAR DE UM ESPAÇO GLOBAL QUE TOMA DEFINIÇÕES FINANCEIRAS E ECONÔMICAS QUE IMPACTAM E IMPACTARÃO CADA DIA MAIS NÃO SÓ O BRASIL COMO TODOS OS PAÍSES DO MUNDO, RESULTA IMPRESCINDÍVEL QUE OS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS PRESTEMOS ATENÇÃO AOS DEBATES QUE ESTÃO SENDO REALIZADOS NO G20 E BUSQUEMOS INCIDIR SOBRE AS PROPOSTAS QUE LEVA O GOVERNO BRASILEIRO, INSTANDO-O INCLUSIVE A BUSCAR UMA PARTICIPAÇÃO QUE AGLUTINE E FAÇA ECO DAS PROPOSTAS DOS PAÍSES DA REGIÃO EM SEU CONJUNTO.

Os movimentos sociais e o G20

Estas notas pretendem ser uma contribuição inicial que permita aos movimentos sociais brasileiros encarar o debate e acompanhamento necessário das negociações no G20 - onde o Brasil tem se tornado um membro importante. Porém, as decisões que aí são tomadas afetam não só o Brasil como o conjunto de países do mundo, e neste sentido a importância de acompanhar junto aos movimentos sociais do mundo inteiro as reuniões e suas agendas.

Nos últimos anos, e especialmente a partir de 1999 na reunião da OMC realizada em Seattle nos EUA, as organizações sociais chamadas por muitos de altermundialistas temos questionado a globalização neoliberal e denunciado seus impactos perversos. Toca agora acompanhar o G20 pelo estratégico de suas decisões, buscando parar sua agenda neoliberal e ao mesmo tempo forçando mudanças multilaterais para alcançarmos um mundo mais justo, equitativo e sustentável.

Em 2011, o G20 teve a presidência Francesa, em 2012 essa presidência rotativa será exercida pelo México, e pela Rússia em 2013. **Vamos acompanhar todas as cúpulas, intervir nos debates e parar as definições contrárias aos interesses dos povos do mundo tomadas pelo G20.**

Audiência Pública no Senado Brasileiro. PASSOS INICIAIS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NO G20

DIANA AGUIAR¹

A preocupação de movimentos sociais com o déficit democrático dos posicionamentos da política externa brasileira no G20 e em outros espaços da governança econômica global vem sendo há muito verbalizada pela Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), inclusive com a demanda histórica da rede pelo estabelecimento de um Conselho de Política Externa, com participação da sociedade civil.

Com o papel crescente do Brasil nos espaços da Governança econômica global, cresce também a necessidade de canais institucionais para o diálogo público a respeito dos posicionamentos da política externa brasileira e de seus impactos no modelo de desenvolvimento do país. Em 18 de outubro de 2011, o Senado brasileiro recebeu a primeira audiência pública sobre o G20 já realizada no país. Com transmissão ao vivo pela TV Senado, a audiência foi o primeiro debate sobre o tema – muito ausente na pauta do Parlamento brasileiro – de forma institucionalizada em espaço público.

Durante a audiência, falaram as representantes da sociedade civil Rosane Bertotti – dirigente da Central Única de Trabalhadores (CUT) e da Secretaria Executiva da REBRIP, Graciela Rodriguez – facilitadora do Grupo de Trabalho sobre Arquitetura Econômica Internacional (GT-AEI) da REBRIP, e Iara Pietricovsky – Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e REBRIP. A audiência foi presidida pelo Senador do Distrito Federal Rollemberg e teve a presença dos diplomatas Ministro Carlos Márcio Cozendey (Ministério da Fazenda) e Ministro Luís Antônio Balduino Carneiro (Ministério das Relações Exteriores).

¹ Diana Aguiar é feminista, mestre em Relações Internacionais pela PUC-Rio, do Instituto Equit e parte do Grupo de Trabalho sobre Arquitetura Econômica Internacional da REBRIP.

A necessidade de superação do déficit democrático

As representantes da sociedade civil reiteraram o déficit democrático e de legitimidade do G20 e a necessidade de que se estabeleça diálogo permanente da sociedade civil com o Senado brasileiro, “por ser esta a casa que é responsável em grande medida pela política externa brasileira, inclusive pela aprovação de empréstimos internacionais”, afirmou Iara Pietricovsky.

Para elas, o fato de que esta tenha sido apenas a primeira audiência pública que teve como tema o G20 reflete a escassez de debate na sociedade brasileira e a dificuldade de perceber as mudanças na governança econômica global, da qual o G20, assim como os BRICS, é uma importante expressão.

O Ministro Carlos Márcio Cozendey reconheceu o déficit de legitimidade do G20, mas afirmou que, por este ser um fórum informal, não negocia decisões vinculantes ou tratados. Para o Ministro Balduino, “esse tipo de exercício diplomático é muito comum na política internacional, pois os países consideram que dá flexibilidade ao diálogo”.

Os representantes do governo consideraram que o G20 não é um grupo opaco e que a não formalização não é um defeito, pois o G20 serviria para pautar ações de organizações internacionais já existentes e daria flexibilidade para que líderes discutam francamente agendas de seus interesses, porém não substituindo fóruns existentes (como a FAO pra agricultura, COPs para o clima, etc.). Porém, reconheceram que o G20 passou a ser o principal fórum de cooperação destes países, já que, embora o G7 continue a se reunir, os principais temas financeiros e econômicos passaram a ser discutidos no G20.

A reafirmação da agenda neoliberal no G20

Os temas nos quais a diplomacia brasileira considera que o Brasil mais aportou vão desde o aperfeiçoamento da regulação dos mercados, como políticas para reativar a economia internacional e a reforma da governança financeira internacional para maior participação dos países emergentes no Banco Mundial, no Fundo Monetário Internacional, no Comitê de Basiléia e no Fórum de Estabilidade Financeira.

No entanto, as representantes da sociedade civil questionaram a reafirmação da agenda neoliberal no G20, apesar da evidente falência deste modelo, que causou a crise. “Antes, o receituário neoliberal determinava que o Estado não tinha papel, após a crise, passa a ter o papel de socorrer o sistema financeiro, não tendo qualquer garantia dos direitos sociais. Então, de que emprego estamos falando no G20?”, questionou Rosane Bertotti.

No entendimento delas, inicialmente, o G20 tinha uma agenda mais ousada que incluía por exemplo o fim dos paraísos fiscais e a taxação das transações financeiras, porém o G20 acabou por salvar

os bancos que criaram a crise e por re-habilitar o FMI, medidas que claramente foram equivocadas e insuficientes, dado que a crise recrudescu.

Destá maneira, apesar de que este modelo de desenvolvimento esteja em crise e tenha demonstrado não atender às necessidades dos povos, ainda assim, “os países do G20 seguem pensando em soluções para a crise da demanda global a partir do mesmo modelo baseado no consumo e em um modelo produtivo intensivo na emissão de carbono. Neste contexto, os conflitos sócio-ambientais vão continuar crescendo”, alertou Graciela Rodriguez.

O G20, afirmaram elas, só tem reiterado este modelo produtivo, entendendo investimentos como uma agenda de negócios e não político-social, sem analisar os impactos sócio-ambientais. Como consequência disso, “o movimento de ocupação de Wall Street, no coração do capitalismo, está dizendo que os 99% não estão sendo ouvidos, mas muito impactados à sua revelia”, lembrou Iara Pietricovsky.

Para a superação deste modelo, elas defendem que temas estratégicos como a agenda da mudança climática, do Rio+20, da integração regional e do Banco do Sul devem ser prioritariamente abraçados pela pauta da política externa brasileira. Além disso, “o Brasil deve defender com clareza a taxaço das transações financeiras com a destinação dos recursos para políticas públicas como saúde, educação, agricultura familiar, soberania alimentar e desenvolvimento”, reiterou Rosane Bertotti.

Para elas, o Brasil pode ter um papel-chave no processo de repensar o modelo de desenvolvimento no Sul se de fato questionar o crescente papel da região na divisáo internacional do trabalho como exportador de recursos naturais, expresso na estrangeirizaço de terras na região – com avanço da China e de países do Norte – e na reprimarizaço da pauta exportadora do país. “O Brasil deve estar na liderança democrática da região ratificando o Banco do Sul como um banco que pensa o desenvolvimento da região de outra forma”, finalizou Graciela Rodriguez.

Democratizaço do debate ainda pendente

Apesar de representar algum avanço na democratizaço do debate, a audiéncia pública está longe de representar a necessária superação da falta de transparéncia das negociaçoés e do déficit democrático na tomada de posiçoés de política externa brasileira, até o momento sem canais institucionais estabelecidos para o debate social amplo.

Além disso, as decisóés tomadas no G20 e em outros espaços da Governança Global impactam a vida das populaçoés, não só dos países que compõem o grupo, mas de todo o mundo, mesmo dos povos cujos governos não estão aí representados e não reconhecem a legitimidade do G20 para tomar decisóés que dizem respeito também a suas economias.



Les peuples se lèvent face à la f

Le rise up! Levantamonos! Solleviamoci! Erheben wir u

Seminário regional. “A AMÉRICA LATINA NO G20”

DIANA AGUIAR

Nos dias 18 e 19 de outubro de 2011, em Brasília, a REBRIP e a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais realizaram um seminário regional sobre o G20, para avançar na consolidação de posicionamentos sobre a atuação dos países da região membros do grupo, a análise dos impactos das políticas do G20 e a construção de alternativas a estas políticas.

Afirmou-se enfaticamente que o G20 não é transparente ou democrático, tampouco legítimo, já que não tem institucionalidade ou mandato para definir, em um clube restrito, a governança econômica global que impacta todos os povos do mundo. No entanto, há o reconhecimento de que o grupo tem responsabilidade sobre a crise do sistema e, desta forma, tem obrigação de dar respostas no sentido de superação do modelo de desenvolvimento que trouxe o mundo à atual crise.

A REBRIP vem trabalhando sobre a agenda do G20 desde o período de 2008 e 2009. A partir da Cúpula de 2010 em Seul, Coréia do Sul, a presença da rede foi mais expressiva, fazendo um forte trabalho de construção de alianças com os movimentos locais e com os parceiros globais da OWINFS (Our World is Not for Sale) no processo de mobilização frente à Cúpula oficial e na construção de espaços paralelos como as Cúpulas dos Povos. Já em fevereiro de 2011, no Fórum Social Mundial em Dakar, decidiu-se fazer uma convocação ampla de mobilização para a Cúpula de Cannes. Pouco tempo depois, a coalizão francesa foi criada para articular os movimentos que programavam suas agendas de luta incluindo como importante cenário o Sul da França no início de novembro.

Assim, a REBRIP tem seguido uma estratégia dentro e fora do processo oficial. Por um lado, a rede segue na mobilização com parceiros, como a que resultou na marcha de abertura e na Assembléia Global do Fórum dos Povos em Nice. A ampla declaração (ver anexo 3) proposta, adotada por diversas organizações presentes na Assembléia, é um resultado concreto do diálogo do seminário regional, já que a base da declaração saiu do debate neste espaço.

Por outro lado, a REBRIP tem feito o acompanhamento das posições do governo brasileiro no grupo, com diálogos constantes com o Ministério da Fazenda, Ministério de Relações Exteriores e o Ministério do Trabalho. Na incidência com o governo, apresentamos a análise crítica da rede sobre posicionamentos do Brasil no G20.

Neste sentido, a REBRIP teve êxito em avançar principalmente dois grandes temas em 2011. Por um lado, as posições apresentadas pela rede a respeito dos efeitos catastróficos da especulação sobre as commodities agrícolas nos preços dos alimentos (ver anexo 1) parece ter sido incorporada pelo governo em sua ação no G20. Por outro lado, a rede tem sido enfática em relação à necessidade de tomada clara de posição do governo em relação à taxação das transações financeiras, com os princípios propostos em declaração (ver anexo 2) apresentada ao Ministério da Fazenda.

Foi neste contexto de avanço de posições que a REBRIP co-organizou com a Rede Brasil o seminário regional algumas semanas antes da Cúpula do G20 em Cannes. As redes partiram da compreensão de que a necessidade de entendimento e posicionamento nos diversos temas da agenda do G20 nos coloca uma imensa tarefa. Neste sentido, é necessário acumular forças, utilizando os momentos-chave da agenda da governança econômica global para mobilizar os grupos a partir das realidades locais.

Possivelmente um dos grandes desafios deste processo é a aridez do tema financeiro, ainda não integral à agenda de muitos movimentos sociais. Para a superação da resistência inicial ao tema, seminários como este são fundamentais para levantar as lacunas e aprofundar os diversos temas.

A agenda do G20 não se reduz ao mercado financeiro, no entanto. Trata-se de uma agenda ampla que toca em temas como trabalho, infra-estrutura, investimentos, agricultura, etc. No entanto, entre o chamado “track” financeiro e o chamado “track” dos Sherpas – diferenciação feita entre os temas financeiros e os demais temas – é evidente como a mídia tem enfatizado a cobertura do primeiro. A julgar como os temas financeiros têm freqüentemente dominado e até eclipsado o resto das negociações, não é surpreendente a ênfase midiática. Por outro lado, aos movimentos sociais não interessa que o G20 avance, como de alguma forma tem feito, sobre agendas que outros espaços da governança global têm sido mais democráticos – ainda que com diversas contradições – em abordar, como a FAO para a agricultura, as COPs para o clima e a OIT para o trabalho, etc.

Assim, para além da agenda do G20, há vários outros temas e espaços da governança econômica global e regional que são indispensáveis para se ter a perspectiva necessária para a tarefa de análise e questionamento do modelo de desenvolvimento. Assim, precisamos analisar o G20 no marco de lutas nos diversos cenários globais, como as COPs do clima, a Rio+20 e, no cenário regional, as Cúpulas das Américas, as Cúpulas União Européia – América Latina e UNASUL, dentre outros espaços. Nestes diversos cenários, o modelo de desenvolvimento está em disputa, cabendo aos movimentos sociais um papel central no questionamento do marco neoliberal dominante.

Assim, a presença de redes parceiras do México e Argentina, os dois outros países da região que participam do G20, foi central para avançar em um entendimento regional a respeito do papel que os governos destes três países têm jogado na governança econômica global. Apesar do peso do Brasil no grupo ser consideravelmente maior – como o debate sobre a possibilidade de financiamento do Fundo Europeu pelos BRICS (grupo do qual o Brasil faz parte) demonstrou – é relevante entender como a presença destes três países no G20 afeta as perspectivas de integração regional.

No caso do México, que já tem seguido um caminho de maior alinhamento com a política estadunidense, a presença no G20 parece mais bem representar uma continuidade do que ruptura. No entanto, dado que a Cúpula de 2012 acontecerá sob a presidência mexicana, é essencial estar atento ao risco real de que a política pré-eleitoral e o neoliberalismo vigente domine a agenda da Cúpula. A presidência mexicana já se mostrou, por exemplo, pouco aberta ao debate sobre a taxaço das transações financeiras, tema que a presidência francesa, ao contrário, defendeu abertamente, ainda que em um formato bem distante daquele proposto pelos movimentos: com o objetivo de arrecadar recursos para futuros resgates ao mercado financeiro e não para financiar o desenvolvimento como defendemos.

O governo brasileiro tem afirmado que o governo argentino tem sido parceiro nas negociações do G20. O tema da especulação das commodities agrícolas, por exemplo, de grande interesse para os dois países agro-exportadores, tem sido uma das pautas de trabalho comum. Por outro lado, o governo brasileiro também afirma que Brasil e Argentina têm feito esforços no sentido de dialogar com outros países da região sobre os posicionamentos no G20. Porém, a concretização desse diálogo ainda nos parece obscura. Além disso, é notável a lentidão com que os processos de integração sul-americana têm sido levados pela política externa brasileira desde a crise de 2008 e a re-dinamização do G20, sendo o Banco do Sul um dos casos mais evidentes.

O seminário regional cumpriu, assim, um papel importante de avançar um primeiro diálogo mais explicitamente voltado à consolidação de posicionamentos regionais sobre o G20 e a América Latina. Acima de tudo, trata-se de um processo de construção ampla que segue inserida na luta dos movimentos sociais da região contra o modelo de desenvolvimento hiper-financeirizado, injusto, desigual, insustentável e violador da soberania dos povos.



Cúpula dos Povos frente ao G20 2011. “OS POVOS PRIMEIRO, NÃO OS MERCADOS FINANCEIROS!”

DIANA AGUIAR

Enquanto os representantes das delegações oficiais do G20 se preparavam para a Cúpula oficial em Cannes de 3 a 4 de novembro de 2011, os movimentos sociais de diversos países se reuniam em Nice para demandar “Os povos primeiro, não os mercados financeiros!”

Uma grande marcha pelas ruas da cidade no dia 1º de novembro reuniu cerca de 10 mil pessoas e um esquema de segurança de 4 mil policiais, aparentemente mais preocupados em proteger bancos e carros de possíveis ataques do que de fato garantir a segurança dos manifestantes. A marcha foi pacífica e atraiu a atenção da imprensa internacional. Com representantes de todos os continentes, inclusive de alguns dos “Ocupados” de Wall Street, dos movimentos dos Indignados Europeus e da Primavera Árabe, as mobilizações expressaram as diversidades das lutas anti-sistêmicas em um mundo tomado por uma crise econômica, social e de legitimidade política de grandes proporções.

Essa não foi a primeira, tampouco será a última, mobilização de massas que expressa a rejeição popular às medidas de austeridade sendo orquestradas pela troika (FMI, Banco Central Europeu e Comissão Européia) nos países em crise europeus e às desigualdades crescentes em todo o mundo com os planos de salvamento dos bancos sendo priorizados – ainda em um contexto de mercado financeiro amplamente desregulado – em detrimento de necessários investimentos sociais. Desde 2008, o sistema financeiro tem conseguido privatizar os lucros e socializar os riscos, resultando no continuado regime autoritário dos interesses de mercado sobre quaisquer estratégias de proteção dos bens públicos e dos bens comuns.

A crise da zona do euro e a possível resolução de financiamento dos pacotes de resgate via injeção de recursos dos países emergentes no FMI – ainda que não de fato consolidada – reforça a aparência de que os países BRICS representam os poderes em ascensão na governança global. No entanto, apesar da inegável força da China como motor da economia mundial, os demais BRICS não têm o mesmo papel, tampouco o grupo parece ter tanta coerência de posições. Além disso, o fato de que estes países detenham tantas reservas denominadas em títulos da dívida estadunidense nos faz crer mais em um cenário

de co-dependência com o centro do sistema econômico, do que com a possível ascensão de um novo hegemon. Os Estados Unidos e sua dívida são o principal exemplo de “grande demais para falir”. Mas enquanto os países do G20 discutem os planos de falência das instituições financeiras globais “sistemicamente importantes” como uma de suas grandes medidas regulatórias, pouco se menciona o poder do dólar, mantendo intocado o sistema monetário internacional de câmbio flexível pós-Bretton Woods, que na prática força os países superavitários a manterem reservas em dólares para proteger suas moedas de possíveis ataques especulativos. Essas reservas são, no entanto, recursos que poderiam, do contrário, ser investidos no desenvolvimento social.

Na pauta do G20 não está somente o que a presidência momentânea do G20 – no caso a França de Sarkozy buscando aprovação eleitoral no ano seguinte – promove. O que se inclui na pauta está diretamente restrito ao que se pode de fato incluir. Assim, a crise do euro pode ter passado da pauta do G8 para a pauta do G20 em um claro reconhecimento de que necessitam dos recursos dos emergentes para os programas de salvamento das dívidas públicas européias. Porém, temas centrais ficam de fora, como: a dívida pública estadunidense, a forma como a disputa partidária no país coloca as reservas dos países superavitários sob risco de desvalorização (fazendo com que o congresso do país detenha grande parte da governança *de facto* da economia mundial), a manutenção de instrumentos financeiros especulativos como o *high frequency trading* sem qualquer supervisão e o contínuo poder das agências de avaliação de risco apesar de toda sua incapacidade de prever a crise de 2008. Assim, a governança econômica e financeira que trouxe o mundo à crise atual está longe de ser questionada.

A partir deste entendimento, os movimentos sociais reunidos em Nice avançamos na articulação da nossa crítica a esta incapacidade dos governos dos países do G20 de trazer verdadeiras soluções para a crise que representem a superação do sistema econômico hiper-financeirizado e baseado em uma divisão internacional do trabalho injusta e desigual. No caso do Brasil, isso se reflete na forte reprimarização da pauta exportadora em decorrência da demanda chinesa por *commodities* em um contexto de preços especulativamente altos, tornando assim o setor de bens primários o mais competitivo em um contexto de real valorizado devido à política de taxas de juros mais altas do mundo. Como consequência, a intensificação da extração e privatização destes recursos naturais causando ascendentes conflitos sócio-ambientais é possivelmente uma das principais decorrências da crise internacional no modelo de desenvolvimento que se consolida no país.

A REBRIP esteve nas mobilizações frente ao G20 desde Toronto e Seul em 2010, participando ativamente nos comitês organizadores das Cúpulas dos Povos. Em 2011, tendo acumulado o aprendizado deste processo, a REBRIP foi co-organizadora da Assembléia Global do Fórum Alternativo dos Povos de Nice e articulou a mais ampla declaração dos movimentos aí reunidos (ver anexo). Além disso, a rede foi chave nas reuniões de preparação para o processo de transição para a Cúpula dos Povos frente ao G20 2012 no México, em parceria com a plataforma mexicana.

Estes processos de mobilização são centrais na construção de frentes globais de mobilização e proposição de alternativas reais às falsas soluções de mercado propostas pelo G20. Neste sentido, o Grupo de Trabalho sobre Arquitetura Econômica Internacional (GT-AEI) da REBRIP estabeleceu como prioridade para 2012 o aprofundamento destas alternativas e a consolidação das articulações de mobilização global continuamente afirmando que a soberania dos povos devem estar sempre acima dos interesses dos mercados financeiros.



POLICE

help

Cúpula do G20 em Cannes. BELAS PALAVRAS, POUCAS MUDANÇAS

MAÍRA MARTINS¹

O G20 é um fórum de líderes das principais economias do mundo. É uma instância considerada “informal”, cujos compromissos e acordos não são vinculantes. Diferente do sistema ONU, em que pode haver delegações de países que permitam representação da sociedade civil, o G20 é um espaço que tem sido muito pouco aberto à participação social. Seus documentos, negociações e decisões têm sido discutidos e decididos a portas fechadas.

A reunião em Cannes não foi diferente e expressou essa falta de diálogo com a sociedade. Depois de muito esforço, as organizações francesas conseguiram uma forma de credenciamento para ONGs de modo que pudessem ter acesso ao centro de mídia, dentro do Palácio dos Festivais. No centro de mídia ouvíamos os pronunciamentos oficiais por meio de televisores, e tivemos acesso a algumas coletivas de imprensa. Isso, porém, não nos possibilitou uma efetiva interação com os negociadores.

A sociedade civil também organizou coletivas de imprensa para apresentar sua visão e críticas sobre o processo do G20, cobrando por compromissos sérios sobre a promoção do desenvolvimento humano e social, o combate à fome, a regulação financeira, dentre outras reivindicações de uma ampla agenda social. A expectativa de ter acesso aos documentos oficiais com antecedência, bem como receber *briefings* de representantes dos governos dentro do centro de mídia foi bastante frustrada.

Os dois dias da Cúpula do G20 em Cannes estiveram pautados pela crise econômica da zona do euro, em especial a situação da Grécia com o anúncio de um referendo para aprovar o pacote de socorro financeiro. Toda a atenção da mídia esteve voltada para a crise e também para a suposta contribuição dos países do grupo BRICS ao fundo europeu.

A outra pauta muito presente durante a Cúpula foram os mecanismos inovadores para o desenvolvimento, especialmente o relatório de Bill Gates, apresentado aos presidentes pelo próprio, apontando

¹ Maíra é socióloga, mestre em Desenvolvimento Rural e Assessora da ActionAid Brasil.

uma série de mecanismos desde a ajuda externa a países em desenvolvimento, taxaço sobre operaçoes financeiras e a mobilizaço de recursos internos por meio da criaço de impostos sobre determinados setores e atividades produtivas. Tambem gerou muitas expectativas a proposta trazida pela Uniào Europeia de criar uma taxa sobre operaçoes financeiras. Entretanto, essa proposta de taxaço parecia ser mais voltada para gerar recursos que salvassem bancos e países da situaço de crise do que a proposta de uma taxa global, que arrecadaria recursos para o desenvolvimento social. Essa proposta que é defendida pela sociedade civil, infelizmente, tem pouca adesão de líderes dos países do G20.

Apesar do G20 não ter a legitimidade e representatividade para tomar decisões que afetam o conjunto de países e cidadãos e cidadãs do mundo, se trata de um fórum que tem responsabilidades de responder à crise econômica e financeira atual. Nesse sentido, deve ser um espaço cuja sociedade civil tenha capacidade de influenciar seus respectivos governos e o fórum como um todo e apresentar sua pauta.

Da reunião em Cannes é possível identificar alguns tímidos avanços, como a menço em sua declaração final da importância da agricultura familiar e a necessidade de controlar a especulação com alimentos, bem como o reconhecimento dos impactos nocivos da evasão fiscal para o desenvolvimento. Novamente, apenas belas palavras. Os compromissos assumidos pelo G20 ficaram muito aquém das ações necessárias. Para combater a crise alimentar, econômica e proteger as populaçoes mais vulneráveis, o G20 deveria ter apresentado significativa mudança em relação aos países do G8, assumindo uma perspectiva e posicionamento novos no cenário global.

Anexo 1. POSICIONAMENTO SOBRE A VOLATILIDADE DOS PREÇOS DE ALIMENTOS E A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

05 DE MAIO DE 2011

Esse documento apresenta a análise e propostas da Rede Brasileira pela Integração dos Povos - REBRIB e Rede Brasil acerca do posicionamento do governo brasileiro em sobre a volatilidade dos preços dos alimentos no âmbito do G20, desde uma perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Ao final de 2010, novamente assistimos a uma drástica escalada dos preços das principais commodities alimentares no mundo. De acordo com a FAO, em fevereiro de 2011, o índice de preços ultrapassou os níveis da crise de 2007-2008, apresentando níveis mais elevados desde 1990, quando foi iniciada essa mensuração. Segundo estimativas do Banco Mundial em torno de 44 milhões de pessoas foram lançadas a situação de pobreza devido à nova crise dos preços dos alimentos. Até o momento, embora tenha ocorrido, em alguns casos, estabilização dos preços, os mesmos se situam em patamares muito elevados, representando uma ameaça à soberania e segurança alimentar de muitas nações e populações empobrecidas.

Diversos são os motivos atribuídos a esse aumento dos preços: aumento da demanda por alimentos e mudança dos hábitos alimentares globais; eventos climáticos extremos e perdas de safra; redução do investimento público em agricultura: concentração do mercado de processamento, insumos e transformação; mudanças estruturais no mercado de commodities alimentares, dentre outros. Contudo destacamos o papel central que a especulação financeira, sobretudo em mercados de futuros e derivativos denominados em commodities agrícolas e a expansão da demanda de alimentos para a produção dos agrocombustíveis tiveram para potencializar a atual crise. Embora seja necessário aprofundar a análise das causas da crise dos preços é preciso que os governantes assumam compromissos para mitigar os efeitos da crise e garantir a segurança e soberania alimentar das populações mais afetadas pela volatilidade dos preços.

Tanto os efeitos como as causas da crise estão presentes na realidade brasileira. A alta nos preços dos alimentos foi importante componente da inflação em fins de 2010 e início de 2011. Ao mesmo tempo,

observamos a concentração dos mercados de insumos agrícolas, transformação, transporte e varejo de alimentos. Observamos com preocupação a compra de usinas e terras brasileiras por empresas transnacionais, sobretudo para produção de etanol.

No documento em que o governo brasileiro apresenta ao G20 sua contribuição para lidar com a volatilidade dos preços das commodities, encontramos alguns avanços, mas também análises problemáticas e algumas contradições. Embora reconheçamos importantes avanços no texto em relação à afirmação da importância de programas como o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, muitas vezes o texto parece ainda determinado pela defesa dos interesses do agronegócio brasileiro, em detrimento das posições acumuladas pela agricultura familiar e camponesa e organizações dedicadas à construção da soberania e segurança alimentar.

Preocupa-nos o aparente questionamento do governo acerca da própria existência de uma crise alimentar e, sobretudo, dúvidas quanto ao papel e participação do mercado futuro de commodities agrícolas e de derivativos na volatilidade e no aumento dos preços, e sua relação com o aumento da fome e da pobreza. Esta postura pode levar o Brasil a uma posição ambígua, pois em vez de apontar para a necessidade de se assumir compromissos efetivos, apenas sugere a importância de se realizar mais estudos. Há evidências suficientes sobre a gravidade da crise e o papel da especulação excessiva nos mercados de derivativos. A contribuição da elevada liquidez dos mercados financeiros internacionais à elevação recente nos preços dos alimentos foi reconhecida na reunião do comitê de política monetária do Banco Central (Copom), em março de 2011.¹ Portanto, é necessário que o governo assuma posicionamento firme na defesa de medidas concretas que combatam a volatilidade.

A agenda focada no livre mercado e na prevenção de distorções ao mercado dá a tônica a algumas proposições como, por exemplo, o não reconhecimento da centralidade das políticas nacionais de estoques públicos de alimentos, bem como a frágil proposição para regular a especulação do mercado de derivativos denominados em commodities agrícolas. Essa mesma agenda parece levar ao não reconhecimento da importância de que a volatilidade de preços seja tratada no âmbito multilateral, a partir do Comitê de Segurança Alimentar.

Em nossa opinião foi justamente a adoção pelo Brasil de uma atitude mais assertiva com a implementação de políticas públicas para controlar e regular o mercado e promover a soberania e segurança alimentar que garantiram o sucesso no combate a fome e menos vulnerabilidade para grande parte da população. Portanto, esse deve ser o tom do posicionamento brasileiro no âmbito do G20.

Nesse sentido, um avanço identificado no documento é a importância atribuída aos investimentos na agricultura, enfatizando programas de armazenamento de alimentos com foco na segurança alimentar e aquisição de produtos da agricultura familiar, como importante medida para lidar com as causas

¹ <http://www.bcb.gov.br/?COPOM157>

estruturais da fome. A posição do governo também reconhece que o controle das multinacionais sobre o mercado de alimentos e a ausência de apoio governamental para agricultura e proteção social têm contribuído para crise dos preços e para o aumento das pessoas com fome no mundo. Contudo, além de reconhecer as causas, é preciso que o governo seja capaz de propor medidas de combate ao monopólio e oligopólios no mercado de produtos agrícolas e a centralidade das políticas nacionais de estoques de alimentos.

Desta forma, entendendo a responsabilidade do Brasil no mundo, especialmente no âmbito do combate a fome e promoção de políticas de segurança alimentar; consideramos que o governo brasileiro deve:

- Reconhecer que a volatilidade e aumento dos preços dos alimentos têm levado milhões de pessoas à situação de insegurança alimentar e nutricional e de pobreza, dificultando o direito de acesso aos alimentos e limitando a capacidade de atender a outras necessidades essenciais e propor compromissos concretos para combater a mesma.
- Reconhecer a importância da sua política nacional de abastecimento e fortalecê-la. Apresentar ao G20 o programa de aquisição de alimentos e outras políticas tais como política de estoques, o programa de fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica e o programa de proteção e inclusão social como norteadores de ações nos outros países e fundamentos das respostas internacionais à crise dos alimentos,
- Garantir mecanismos de transparência e visibilidade da participação da sociedade civil na discussão da agenda brasileira nos processos de negociação no âmbito do G20.
- Buscar ainda soluções no âmbito regional para o enfrentamento à volatilidade dos preços;

Especificamente, consideramos que o posicionamento do governo brasileiro no G20 deve se basear nos seguintes pontos:

- **Reconhecimento do Comitê de Segurança Alimentar Global (CSA)** como o órgão das Nações Unidas legítimo para orientar as tomadas de decisão em relação à segurança alimentar e nutricional mundial em função de seu caráter multilateral e participativo e sua primazia na definição do direcionamento das ações de cooperação internacional na agricultura e segurança alimentar e nutricional, regulação de mercados de commodities agrícolas e políticas de estoques e ações de combate à volatilidade dos preços dos alimentos. Os acordos no âmbito do G20 deveriam basear-se nos direcionamentos acordados no CSA e não criar estruturas paralelas que enfraqueçam esse espaço multilateral.
- **Reconhecimento dos impactos da excessiva especulação no mercado de commodities na escalada dos preços dos alimentos** e **garantia** de mecanismos de transparência, visibilidade e regulação dos mercados derivativos tais como garantir registro e supervisão das transações, incluindo as

bilaterais (over-the-counter); limitar transações sobre determinadas commodities, especialmente agrícolas, bem como impor limites à proporção que um indivíduo ou grupo pode controlar do mercado.

- **Fortalecimento e estímulo a políticas nacionais de estoques de alimentos** para garantir a estabilidade dos preços e a segurança alimentar e nutricional, com o compromisso da aquisição de alimentos da agricultura familiar e transparência dos estoques públicos e privados.
- **Fortalecimento e estímulo a políticas e programas governamentais de desenvolvimento agrícola**, baseados na ampliação e fortalecimento da agricultura familiar agroecológica e na produção sustentável de alimentos.
- **Garantia de que as promessas de doações para os fundos de combate a pobreza e a fome** sejam cumpridas, que o volume de recursos aumente, e que fundos tenham como foco a agricultura familiar, produção sustentável e a soberania e segurança alimentar e nutricional.



Anexo 2. POSIÇÃO DA REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS SOBRE OS PRINCÍPIOS PARA UMA TAXAÇÃO DE TRANSAÇÕES FINANCEIRAS (TTF) VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO

16 DE SETEMBRO DE 2011

A REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos – é uma articulação de ONGs, movimentos sociais, entidades sindicais e associações profissionais autônomas e pluralistas, que atuam sobre a política externa brasileira e os processos de integração regional e comércio, comprometidas com a construção de uma sociedade democrática pautada em um desenvolvimento econômico, social, cultural, ético e ambientalmente sustentável. Estas entidades buscam alternativas de integração hemisférica opostas à lógica da liberalização comercial e financeira predominante nos acordos econômicos atualmente em curso¹.

“De acordo com este compromisso, a REBRIP defende a criação e implementação de um mecanismo de Taxação de Transações Financeiras (TTF) com os objetivos de prover recursos novos para o financiamento de políticas sociais e de desenvolvimento, controlar a especulação (especialmente o ‘*high-frequency trading*’), mapear os fluxos de capital e diminuir a volatilidade das moedas e dos preços das commodities. A necessidade desse tipo de regulação se justifica, por exemplo, devido aos graves efeitos sociais da crise financeira de 2008.”

Nas últimas décadas, com a financeirização e globalização da economia, observa-se um aumento dos fluxos de capitais e possibilidades de altos lucros, sem que se tenha avançado apropriadamente na regulação e supervisão desse sistema financeiro internacional, o que aumenta o risco de crises, como no caso atual. Em momentos de crise, os programas sociais são os maiores prejudicados, estando as políticas públicas e a economia real até o momento à serviço da garantia dos lucros do sistema financeiro.

¹ www.rebrip.org.br

Ao contrário de servir para melhor alocar os recursos necessários para o desenvolvimento, o mercado financeiro desregulado é fonte de instabilidade sistêmica e de super-concentração de benefícios. Em razão disso, a REBRIP acompanha o debate sobre taxaço de transações financeiras e acredita que essa proposta deve servir não apenas para fins de controle do mercado, mas também para promover a arrecadação e destinação de recursos para o desenvolvimento social.

Uma taxa que possa servir como “mecanismo inovador de financiamento” implica um debate sobre quais áreas necessitam de recursos adicionais para a superação dos desafios e concretização de metas globais de desenvolvimento. A REBRIP entende que é necessária uma análise criteriosa sobre as necessidades globais de financiamento para áreas como educação, saúde e meio ambiente para que prioridades sejam estabelecidas no direcionamento dos recursos advindos da taxaço do sistema financeiro.

Além do debate sobre a destinação dos recursos gerados por uma TTF, também está em curso a discussão sobre o formato dessa taxaço, que deve contar com canais para a participação ativa da sociedade civil no desenho desta nova taxa.

Diante das muitas possibilidades a respeito do formato, governança e utilização da taxa, esse documento tem por objetivo propor princípios que a REBRIP considera válidos para serem defendidos pelo governo brasileiro no âmbito das negociações do G20.

São eles:

1. Que os objetivos centrais considerados nas negociações e no desenho da TTF sejam especialmente prover recursos novos para o financiamento de políticas sociais e de desenvolvimento, além de controlar a especulação (especialmente o “*high-frequency trading*”), mapear os fluxos de capital e diminuir a volatilidade das moedas e dos preços das commodities.
2. Que os países de renda baixa e renda média tenham acesso – através de um mecanismo de redistribuição à escala internacional – aos recursos arrecadados, segundo o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas.
3. Que haja espaço decisório para que os países exerçam sua soberania na utilização dos recursos, podendo definir áreas prioritárias relacionadas ao desenvolvimento a serem beneficiadas
4. Que a governança e gestão dos recursos arrecadados por meio da TTF não se concentre em nenhum país específico, observe experiências similares que demonstrem resultados (i.e. UNITAID) e que tenha participação formal da sociedade civil nos espaços de decisão.
5. Que os recursos sejam de fato direcionados para o desenvolvimento humano e sustentável. Diante das crises recentes nos EUA e Europa, 2008-2011, é importante que a aprovação de uma TTF não seja pra salvar bancos e o próprio sistema financeiro.

Anexo 3. BASTA DE FALSAS SOLUÇÕES DE MERCADO! POR UMA GOVERNANÇA GLOBAL DEMOCRÁTICA!

04 DE NOVEMBRO DE 2011

A próxima reunião de presidentes do G20 será realizada na cidade de Cannes – França, numa Europa que é atualmente o epicentro da crise que assola o mundo.

Nós, os movimentos sociais que acompanhamos os debates e as definições que se tomam no âmbito do G20 desde novembro de 2008, continuamos afirmando que este espaço **não tem a legitimidade e representatividade necessária para tomar tais decisões que afetam ao conjunto de países e cidadãos e cidadãos do mundo**. A mudança na correlação de forças geopolíticas internacionais refletida na entrada dos países emergentes não representou mudança da agenda da governança global e menos ainda mudança do modelo de desenvolvimento e da divisão internacional do trabalho. Entretanto, afirmamos que o **G20 tem responsabilidades sobre a crise que foi criada no coração do sistema e sob sua gestão**, e por isso demandamos dos países que compõem o grupo que encaminhem respostas à crise econômica global e à crise do sistema financeiro internacional.

Assim, **demandamos**:

- transparência e uma efetiva regulação do sistema financeiro internacional;
- o fortalecimento da capacidade soberana dos países de utilizar controles para os fluxos de capitais financeiros;
- o combate aos paraísos fiscais e o controle da especulação;
- o fomento de políticas fiscais distributivas da riqueza;
- a taxação das movimentações financeiras;
- entre outras medidas de controle do mercado desgovernado, que criou a atual crise global.

Temos visto nestes quatro anos de reuniões dos chefes de Estado dos países do G20 que as medidas tomadas não foram capazes de reverter a situação. **Apesar das eufóricas declarações feitas sobre o fim da crise, esta continua e recrudescu**, centrando seu foco na Europa e agora comprometendo países inteiros como Grécia, Portugal, Irlanda e outros, obrigados a retomar as velhas medidas de ajuste fiscal

bem conhecidas na América Latina na década de 1990. Os Estados nacionais, que na hora da crise foram chamados a salvar os bancos e reabilitar o moribundo FMI, são agora criticados por não terem feito as tarefas correspondentes para sanear os orçamentos nacionais, e novamente se transformam em vilões de uma disputa ideológica que pretende exaltar o valor do setor privado e sua eficiência, esquecendo a própria crise criada pelos bancos e corporações financeiras.

Observamos também com crescente preocupação as discussões que desvirtuam a proposta da criação da **Taxa sobre Transações Financeiras Internacionais –TTF** e defendemos sua implementação de forma a garantir que países de renda média e baixa possam se beneficiar dos recursos arrecadados para o desenvolvimento e que os países exerçam sua soberania na utilização dos recursos, definindo áreas sociais prioritárias. Demandamos ainda que a governança da TTF não se concentre em países específicos e que haja participação da sociedade civil nos seus espaços de decisão e gestão.

Desde Seul, o G20 tem assumido o tema do desenvolvimento através do seu Plano de Ação sobre Desenvolvimento, que está longe de representar o interesse do conjunto dos países e muito menos dos menos desenvolvidos, pois está centrado no aumento do volume de comércio, o que de fato tem significado fundamentalmente para os países do Sul: a extração de recursos naturais, aprofundando um modelo de desenvolvimento exportador destes recursos e uma divisão internacional do trabalho que vem reprimarizando as economias dos países em desenvolvimento e impedindo a implementação efetiva de políticas industriais, alargando assim a distância entre países e as desigualdades entre os povos.

Neste sentido, **propostas de cujo desenho não participem os próprios países em desenvolvimento não terão bases sólidas para um verdadeiro desenvolvimento.** Além disso, os acordos de comércio e investimentos, não devem colocar restrições à capacidade dos governos de utilizar ferramentas de política macroeconômica e regulamentação adequada para frear fluxos especulativos ou desenhar suas estratégias produtivas. Por todos esses motivos, **voltamos a rejeitar a agenda de Doha da discussão da OMC, sempre reiterada pelo G20, e que já mostrou a sua incapacidade para dar conta de um comércio justo e equitativo entre os povos.**

Ademais, a forma como no G20 está sendo colocada a criação de infra-estrutura como política contra-cíclica de crescimento e geração de empregos, consolida um **modelo de desenvolvimento que tem graves impactos sociais e ambientais e que aprofunda as assimetrias regionais.** As políticas preconizadas pelo G20 de desenvolvimento da infra-estrutura tem trazido graves impactos nos territórios com a implementação de mega-projetos que de fato só tem servido para a geração de lucro para as corporações e tem deixado, além de fortes conflitos sócio-ambientais, o descumprimento dos direitos para as populações envolvidas. Assim, **a chamada “agenda de desenvolvimento” do G20 é, de fato, uma agenda de negócios, envolvendo comércio e obras de infra-estrutura para referendar um modelo que está em crise,** sem que o próprio modelo seja discutido.

Da mesma maneira, **rejeitamos a discussão sobre o clima dentro do G20**, que incluiu o tema para reforçar as falsas soluções de mercado. Acreditamos que este debate deve ser enfrentado com urgência dentro das COPs no âmbito da ONU, onde o debate se vem realizando.

Ao mesmo tempo, o G20 tem incluído a **agricultura** na sua agenda. Esta questão já vem sendo debatida no âmbito da FAO, enquanto o G20 continua a aplicar remédios sem transparência, sem controle da especulação e sem mudanças efetivas da agricultura financeirizada e ao serviço do lucro de poucas empresas que no mundo todo controlam a produção agrícola; medidas estas que não resolverão a fome de mais de 1.000.0000 de pessoas no mundo. Algumas **propostas** que formam parte da solução da crise alimentar na **perspectiva da soberania alimentar** são:

- os investimentos públicos - abandonados por décadas de neoliberalismo;
- as políticas e programas públicos de desenvolvimento agrícola e de compras públicas de alimentos baseadas no estímulo e fortalecimento da agricultura familiar, camponesa e indígena;
- uma produção agro-ecológica e sustentável;
- o fomento a estoques nacionais e regionais de alimentos próximos aos locais de produção e consumo;
- medidas que regulem a especulação no mercado de commodities e limitem a concentração da propriedade nos mercados internacionais de terras.

Porém, estas não formam parte do elenco de propostas que o G20 vem impulsionando.

Além disso, diversos países do G20 tinham inicialmente se posicionado sobre a urgência da recuperação econômica e a necessidade premente de geração de empregos. Entretanto, o G20 tampouco tem avançado nesse ponto e **medidas para reverter os efeitos da crise sobre os trabalhadores e trabalhadoras tem sido secundarizadas frente à preocupação de redução do déficit público** em geral, o que em vários países, e em particular na Europa, significaram um ataque aos salários dos servidores públicos e trabalhadores do Estado, cortes gerais de gastos sociais, redução e flexibilização dos direitos trabalhistas, cortes de pessoal no setor público e propostas de reforma da previdência. A agenda de criação de emprego decente e do piso global para a proteção social deve se tornar prioritária para os países, em particular os membros do G20, com maior capacidade para alavancar essa agenda.

Ao redor do mundo milhares de pessoas se reúnem em praças públicas e ruas para demandar soluções efetivas e democráticas, unidos por uma mudança global.

Basta de acordos que beneficiam as grandes corporações, aí incluídas as corporações financeiras! As soluções não podem ser de mercado, estas já demonstraram os seus limites e a sua incompetência. Exigimos ao G20 que se coloque a serviço de uma verdadeira e democrática governança global a altura dos desafios do planeta e seus habitantes.

Alianza Social Continental

REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos

Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE

Confederación de Organizaciones de Productores Familiares, Campesinos y Indígenas del Mercosur Ampliado – COPROFAM

Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Instituto Equit - Brasil

Gestos-HIV+, Comunicação e Gênero – Brasil

SOS Corpo Instituto Feminista pela Democracia – Brasil

Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB – Brasil

Latinidad - Rede Latinoamericana sobre Dívida, Desenvolvimento e Direitos

Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio, RMALC

Southwest Workers Union, San Antonio, Texas, Estados Unidos

Comisión Nacional de Enlace (CNE) - Costa Rica

Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo (PIDHDD)

Capítulo Boliviano de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo - Bolívia

Movimiento de Objecion de Conciencia - Paraguay

Decidamos, Campaña Por La Expresion Ciudadana País - Paraguay

Unidad Ecologica Salvadoreña – UNES – El Salvador

DECA Equipo Pueblo, A.C. - México

Fairwatch – Itália

CIOEC Bolivia - Comité Integrador de Organizaciones Económicas Campesinas de Bolivia

Red De Accion Ciudadana Frente Al Libre Comercio E Inversion Sinti Techan El Salvador

RECALCA (Red Colombiana de Acción frente al Libre Comercio) – Colombia

PAPDA (Plateforme Haïtienne de Plaidoyer pour un Développement Alternatif) – Haiti

Ecologistas en Acción – Espanha

Polaris Institute – Canadá

Jubileo 2000 Red Ecuador

Instituto Popular de Capacitación – Colômbia

Centro América por el Dialogo –CAD

Movimiento Tzuk Kim-pop, Guatemala

Pastoral Social-Caritas Honduras

Asia-Europe People's Forum

MSN – Malásia

Global Peace Coalition – Turquia

Union Syndical Solidaires – França

Anti-debt coalition – Indonésia

ATTAC 66 – França

Forum Tunisien pour les Droits Economiques et Sociaux – Tunísia

Sud-Solidaires – França

ARCI – Itália

LEGAMBIENTE – Itália

Coordinación de ONGs y Cooperativas – Guatemala

ATTAC Murcia – Espanha

Bialii, Asesoría y Investigación – México

FOCO - Foro Ciudadano de Participación por la Justicia y los Derechos Humanos – Argentina

CNCD-11.11.11 – Bélgica

Realização

Instituto Equit – Gênero, Economia e Cidadania Global
www.equit.org.br

Coordenação da publicação

DIANA AGUIAR

Imagens

DIANA AGUIAR

Projeto gráfico e diagramação



letraeimagem@letraeimagem.com.br

Para maiores informações, consulte:

Instituto EQÛIT – Gênero, Economia e Cidadania Global
Rua da Lapa, 180 – 908/909
Rio de Janeiro, Brasil
www.equit.org.br
equit@equit.org.br



Analisar o G20 significa um desafio novo para os movimentos sociais. Esta publicação faz parte do processo que a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) tem avançado de acompanhamento e análise das mudanças da geopolítica mundial pós-2008, de diálogo com o governo brasileiro sobre a política externa desenvolvida nos espaços de governança econômica global e de construção de alternativas reais às falsas soluções de mercado que estão sendo atualmente negociadas e implementadas pelo G20.